

# Sentença e coisa julgada

↳ Sentença: A sentença pode ser entendida como o ato em que o juiz aprecia o pedido em 1º grau de jurisdição.

▷ a sentença pode ser com ou sem resolução de mérito

elementos pl a sentença: relatório, fundamentação e dispositivo.

O CPC prevê uma profunda motivação das decisões. Assim, não será considerada fundamentada a decisão que tiver limitações de acordo com o art. 489, § 1º do CPC.

**importante** → o CPC trouxe algumas mudanças e novas obrigações em relação à fundamentação da sentença, impondo ao magistrado que aprecie todos os argumentos pertinentes levantados pelas partes, sob pena de nulidade da decisão.

↳ se essa nova fundamentação da decisão não for observada, caberá embargos de declaração.

Contudo, ainda que a sentença esteja com vício de fundamentação, se o processo estiver em condições de imediato julgamento, deverá o Tribunal desde logo decidir o mérito - em vez de anular a decisão e determinar a prolação de nova por parte do juiz de origem.

▷ a sentença deve refletir o pedido formulado pela parte na inicial sob pena de ser viciada - art. 141 e 492 CPC.

▷ A decisão condenatória produz hipoteca judiciária, ou seja, a possibilidade de averbar a sentença na matrícula do imóvel - pl que terceiros tenham ciência dessa situação ao eventualmente cogitar de adquirir o bem.

**importante** → somente haverá conversão da obrigação em perdas e danos se o autor requerer e for imprescindível a tutela específica ou a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente.

Caberá indenização por perdas e danos independentemente da multa fixada pl compelir o réu ao cumprimento



específico da obrigação.

@beatriznamiestudies

↳ coisa julgada: é a imutabilidade e indiscutibilidade da decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

- imutabilidade: impossibilidade de nova análise de uma lide já antes julgada e com trânsito em julgado.

- indiscutibilidade: é a impossibilidade de se discutir, em 2ª análise uma demanda semelhante à 1ª.

coisa julgada

formal → é a imutabilidade da sentença, no próprio processo em que foi prolatada, não admitindo mais reforma. Uma vez transitada em julgado a decisão, cabe a repropositura.

material → é a verdadeira coisa julgada, a imutabilidade e indiscutibilidade da sentença não só no processo em que foi proferida, mas também em qualquer processo.

▷ limites objetivos e subjetivos da coisa julgada:

Em relação aos limites objetivos, há coisa julgada na questão principal e, também, quanto à questão prejudicial.

Em relação aos limites subjetivos, a sentença não prejudica terceiros.